

Desafios e Perspectivas: Desemprego e Masculinidade¹

Luciene Jimenez

Fernando Lefèvre

Universidade de São Paulo

RESUMO

O desemprego é um fenômeno mundial e em expansão há 30 anos, atingindo mais intensamente as periferias dos países pobres. Na região do ABC – São Paulo, essa situação tem afetado particularmente os homens em idade produtiva. Considerando os estudos de gênero, a capacidade de prover materialmente as necessidades da família é um dos atributos da masculinidade normativa. Objetivou-se investigar as representações de trabalho, emprego e masculinidade mediante a situação de desemprego prolongado entre homens maduros e desempregados. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e individuais, com quinze homens desempregados residentes nos municípios de Diadema e São Bernardo do Campo (SP). Procedeu-se à Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Os entrevistados consideram como “trabalho” as atividades desenvolvidas sob vínculo empregatício legal que garantem os lugares de assalariado e provedor. O desemprego é sentido como uma ruptura com a rede social e derrota. Os rendimentos obtidos por meio das atividades alternativas são desqualificados, pois, apesar de se encontrarem próximos aos salários do mercado, não garantem o acesso à seguridade social, tampouco promovem a manutenção do lugar de provedor. Surgidos nesse contexto, a ingestão de álcool e drogas e a violência emergem como alternativas para a retomada de um lugar social identificado como masculino.

Palavras-chave: desemprego; masculinidade; saúde.

ABSTRACT

Challenges and Perspectives: Unemployment and Masculinity

Unemployment has been, over the past 30 years, a world-wide and increasing phenomenon, impacting more intensely the poorest countries. In the region of the ABC – São Paulo, this situation has affected particularly men in their productive years. Considering the aspect of gender, unemployment for the male relates to capability of providing for the material needs of his family. The objective of this study was to investigate the various trade categories, the particular work and the masculinity issues of men faced with long periods of unemployment – *i.e.* more than one year. Individual and semi-structured interviews made with fifteen men, who were married, unemployed and living in the cities of Diadema and São Bernardo do Campo (SP). A collective subject's analysis discourse was performed. The males interviewed, only considered “work” as an employment circumstance that guarantees their status both as employees and providers. Unemployment is sensed as a rupture within the social net and as a personal defeat. Any income earned through alternative activities are discounted because, although they may place the person within the average wage level of the market, access to social security is not guaranteed, neither does it promote the person as a family provider. It is suggested in this context that the use of alcohol, drugs, and violence emerge as an alternative to re-establishing a recognized social position and self-definition as a productive male.

Keywords: unemployment; masculinity; health.

INTRODUÇÃO

O que é o desemprego?

As mudanças ocorridas nos mercados de trabalho nos últimos vinte anos são de tal forma expressivas que o desemprego pode ser considerado um fenômeno mundial complexo e em expansão. A população mundial de desempregados passou de 37,5 milhões em 1975 para 138 milhões em 1999, um aumento de 100,5 milhões de pessoas vivendo em condições de desemprego no mundo (Pochmann, 2001).

Considerando as diferentes regiões do planeta, esse aumento se tem dado de forma marcadamente irregular. Enquanto o número mundial de desempregados nos últimos 25 anos foi multiplicado em média por 3,65 vezes, nos países ricos esse fator foi de duas vezes, e nos países pobres foi de cinco vezes. As nações não-desenvolvidas têm participação absoluta e relativa crescente na geração do excedente mundial de mão-de-obra (Pochmann, 2001).

Apesar dos números significativos, não há consenso internacional, tampouco nacional, quanto à situação

de desemprego. No Brasil existem dois indicadores que partem de diferentes referenciais: os dados do IBGE, obtidos por meio da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Seade e pelo Dieese.

O IBGE adota o critério internacional reconhecido pela OIT – Organização Internacional do Trabalho – nas resoluções da VIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, de 1954, e propõe, por esse critério, a identificação de uma das dimensões do desemprego, caracterizada como desemprego aberto.

É a situação do trabalhador que, tendo procurado emprego durante a semana da pesquisa, e, encontrando-se apto para o exercício de uma vaga, não trabalhou (**nem mesmo uma hora**) durante a semana da pesquisa (Pochman, 2001, p. 100).

Assim, parte dos desempregados que não procuraram emprego na semana da pesquisa é identificada na categoria “inativo”; já aqueles que desenvolveram ainda que apenas 60 minutos de qualquer atividade na semana serão computados na categoria “ocupado”. Essa concepção foi estabelecida nos países desenvolvidos durante os anos de quase pleno-emprego, sendo frágil para as atuais configurações dos mercados de trabalho.

O segundo indicador é obtido por meio da PED – Pesquisa de Emprego/Desemprego – Seade/Dieese, e segue as recomendações da XIII Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho de 1982, na qual a OIT propôs que os países buscassem aproximar seus levantamentos das proposições internacionais, porém considerando as especificidades dos mercados de trabalho.

Assim, ao lado do desemprego aberto, a PED tem registrado também duas outras situações de desemprego. O *desemprego oculto pelo trabalho precário* (DOPT), considera os indivíduos que exerceram alguma atividade remunerada ao mesmo tempo em que continuaram procurando emprego. O *desemprego oculto pelo desalento* (DOD) refere-se àqueles(as) que interromperam a procura no mês da pesquisa diante da inexistência de oportunidades.

Dessa forma, a antiga divisão das condições “empregado” ou “desempregado” é substituída pela presença de diferentes possibilidades de inserção nos mercados de trabalho formal ou informal. Alguns autores denominam esse processo como “informalização” e outros, como “precarização” dos mercados de trabalho. Gorz (1987) refere-se aos “não-empregados” para falar das pessoas que já perderam a expectativa

de reempregar-se e buscam alguma forma de ocupação que lhes possibilite certo rendimento. Bihr (1998) chama de “operário massa”, e para Offe (1985), trata-se do “neoproletariado”. “A única coisa certa, para eles, é que não se sentem pertencer à classe operária nem a nenhuma outra. Não se reconhecem na categoria de trabalhador nem naquela, sua simétrica, de desempregado” (Gorz, 1987, p. 90).

Assim, para Gorz (1987) e Offe (1985), no fato de estarmos vivendo uma consecutiva supressão de empregos, encontra-se a origem da idéia de perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas.

Para outros autores, porém tal posição

(...) é fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho, é também consequência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho – entendido, este, como de caráter produtivo e industrial –, excluindo, por exemplo, toda a esfera da produção doméstica. Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho (Hirata, 1998, p. 22).

O emprego – que pode ser entendido como um fenômeno da modernidade por meio do qual o indivíduo contribui com a produção e o mercado recebendo em troca benefícios que garantem sua inserção nos mecanismos de seguridade social – está sendo deslocado do seu *status* de único meio legítimo de sobrevivência. “O desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego” (Castel, 1998, p. 514). Por trás dos indicadores de desemprego existem formas distintas e, muitas vezes, degradadas de atividades, mais do que uma crise do emprego vivemos um momento de mudança de paradigmas em que se faz necessário questionarmos como o trabalho humano ficou reduzido à situação de emprego.

Desemprego: precarização ou mudança de paradigmas no mundo do trabalho?

Na tradição judaica, o trabalho material é encarado como uma labuta penosa à qual o homem está condenado pelo pecado. A Bíblia o apresenta como castigo, por haver perdido a inocência do paraíso, Adão é condenado a ganhar o pão com o suor de seu rosto (Gn.3, 19, Gorgulho, 1973).

A palavra “trabalho” surgiu somente no século XI, originando-se do latim *tripalium*, instrumento formado por três estacas no qual os agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho (Albornoz, 2000).

A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. Outra versão

aponta como origem o termo latino *trabaculu*, da mesma raiz que deu em português trava, travar e que em latim significa uma canga colocada nos escravos para obrigá-los a trabalhar (Leite, 1994, p. 13).

Contrapondo-se a essa concepção cristã de trabalho, a Reforma Protestante, no século XV, criou a valorização moral do trabalho como meio de salvação do homem e, também, como forma de permitir a associação lucro/trabalho, até então concebida como usura pela Igreja Católica. Assim, as profissões puderam ser vistas como “vocações”, e o trabalho abnegado deslizou do campo da “punição” para o da “virtude”.

À valorização positiva do trabalho somaram-se as questões sociais, como: o êxodo rural, a formação das populações urbanas e a explosão populacional ocorrida no final do século XVIII, completando o quadro decisivo para o surgimento do excedente de mão-de-obra indispensável para a formação do capitalismo industrial e para a consolidação do emprego como paradigma do trabalho.

O termo “desempregado” surgiu no final do século XIX, em decorrência da presença de um elevado excedente de mão-de-obra nas economias européias. Até o século XVIII, o emprego como expressão de trabalho institucionalizado, formal e assalariado ainda não estava consolidado; portanto na Europa, falava-se de pobres, indigentes, mendigos, mas esses termos não se referiam à falta de emprego, e sim de recursos ou de terras.

Porém, força de trabalho disponível não significa força de trabalho suficientemente disciplinada para os propósitos de acumulação do capital.

Cerca de dois séculos atrás, quando começou o capitalismo industrial, o proletariado constituía uma fração mínima da população naquele punhado de países onde o capitalismo existia e, relativamente à população mundial, representava uma porcentagem desprezível. Se não se esforçasse para vincular a força de trabalho, o capitalismo podia perdê-la em benefício da produção familiar e de setores pré-capitalistas. (...). Um dos aspectos da preparação histórica do capitalismo consistiu em impor à força de trabalho a obrigação de se assalariar continuamente. Com esse objetivo usaram-se mecanismos não só econômicos, mas também repressivos, nomeadamente as leis contra a vadiagem (Bernardo, 2000, p. 61-68).

Foram necessários tempo e força para obrigar a mão-de-obra, acostumada a controlar o seu processo de trabalho no exercício dos ofícios, a se submeter à regularidade dos horários e dos ritmos, ao respeito pela ordem e pela hierarquia, à economia dos gestos e das palavras, à fixidez do corpo (Perrot, 1985).

Para tanto, o corpo se tornou um dos alvos principais e passou a ser investido e trabalhado detalhadamente em seus gestos, atitude, rapidez, por meio de métodos que possibilitavam um controle minucioso e realizavam uma sujeição constante de suas forças, impondo uma relação docilidade-utilidade (Foucault, 1987).

A obra “Os Princípios da Administração Científica” de Taylor (1865-1915), publicada em 1911, marcou o surgimento do “taylorismo”, um modo de disciplinar para o trabalho fundamentado “cientificamente”. O controle sobre o corpo, por meio do domínio sobre os tempos e espaços, constituiu a égide sobre a qual o taylorismo se desenvolveu.

Importava extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis, o que significava intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável, ou como (...) se pudesse tender a um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (Foucault, 1987, p. 131).

Aperfeiçoando a técnica taylorista, em 1913, em Detroit, Henry Ford criou a esteira rolante (Bihr, 1998), elevando ao máximo o aproveitamento da lógica sequencial. A data simbólica inicial do fordismo é o ano de 1914, quando Ford estabeleceu o dia de oito horas e 5 dólares (Harvey, 1999).

Enquanto para Taylor o que estava em jogo era o desenvolvimento de um modelo de trabalho científico, altamente eficiente na sua capacidade de produzir em grande quantidade e com melhor qualidade, para Ford a produção em massa significava poder de consumo em massa, ou seja, os trabalhadores teriam acesso a bens que antes não tinham, originando assim uma sociedade mais justa e democrática.

O argumento econômico de que o taylorismo propiciaria produtos em quantidade e acessíveis “a todos” esconde um argumento mais sutil: essa divisão de trabalho expropria o sujeito do seu saber; o “fazer” é repetitivo, destituído de sentido e desconectado tanto da concepção como do resultado final. Ou seja, “...a função disciplinar da fábrica é o que predomina” (Perrot, 1985).

Após um primeiro período no qual as técnicas disciplinares incidiram diretamente sobre o corpo; num segundo momento o salário tornou-se fundamental como método menos físico, porém igualmente eficiente, de disciplinar. A relação salarial comporta um modo de remuneração, ou compra, da força de trabalho – o salário –, que comanda amplamente o modo de consumo e o modo de vida dos operários e de sua família. É uma forma de disciplina do trabalho, que serve para regulamentar o ritmo da produção, e o quadro legal que estrutura a relação de trabalho, isto é, o contrato de trabalho e as disposições que o cercam (Castel, 1998).

Segundo Castel (1998), a constituição da relação salarial envolveu complexos fatores, tendo sido fortemente impulsionada pela industrialização. No curto tempo histórico de aproximadamente 200 anos, os assalariados passaram a constituir a grande maioria da população classificada como economicamente ativa, sendo vinculado a eles o estatuto de “trabalhador”.

A sociedade “salarial” se consolidou e foi intensamente reforçada por meio de argumentos morais e legais, que apregoavam o vínculo empregatício como sendo necessário e aliado do trabalhador, inclusive nos direitos e nas reivindicações, e a falta do mesmo, como representante da “vagabundagem”. Criou-se uma cultura na qual apenas uma das variantes do trabalho, o trabalho assalariado ou emprego, foi valorizado positivamente e associado aos valores como: idoneidade, segurança, competência, confiabilidade etc., paralelamente, foi construído o paradigma negativo do vagabundo enquanto um discurso e um instrumento do poder.

Ser homem tornou-se sinônimo de ser provedor, ou seja, ter condições para sustentar mulher e filhos, o que, para os mais pobres, significava submeter-se ao assalariamento. “O sucesso dessa estratégia consistiu no fato de transformar o trabalho assalariado – um dos princípios do sistema – em padrão de masculinidade” (Matos, 2000, p. 42).

No Brasil, a exemplo do que vem acontecendo em outros lugares do mundo, a queda na oferta de empregos, particularmente nos períodos de 85/90 e 90/95, afetou negativamente muito mais os homens do que as mulheres, principalmente os homens com grau de escolaridade médio (4-7 anos), ou com mais de 40 anos, e isso se deu em razão da forte redução do emprego no setor industrial (Lavinias, 2000, p. 140).

Objetivo

Este estudo objetivou investigar as representações de trabalho, emprego e masculinidade mediante a situação de desemprego prolongado – mais de um ano –

entre homens maduros (24 a 45 anos) e desempregados.

MÉTODO

Foram realizadas quinze entrevistas semi-estruturadas, sendo seis com moradores do Município de Diadema e nove de São Bernardo do Campo. Os entrevistados foram identificados espontaneamente na demanda que busca os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT), que são unidades da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT) das cidades de Diadema e São Bernardo do Campo, e que têm por objetivo efetuar os cadastros de empregadores e desempregados para posterior encaminhamento.

Os critérios estabelecidos para as entrevistas, além da espontaneidade, foram: estar fora do mercado formal de trabalho há mais de um ano e ser casado. As entrevistas foram submetidas à análise qualitativa baseada na proposta da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Considerando as diferentes subdivisões ou escolas que trabalham com a Análise do discurso, existem aquelas que consideram como objetivo básico a reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos e buscam compreender como, por meio de quais processos textuais e sociais, o significado é adquirido ou, como mudam os significados.

Este trabalho, no entanto, voltou-se para registrar e analisar o que as pessoas pensam.

Parece claro – mas isto muitas vezes, na prática da pesquisa qualitativa, não é levado em conta – que, antes de se aventurar a entender *por que* um dado conjunto de sujeitos pensa de determinado modo sobre um dado tema, é preciso que o pesquisador qualitativo saiba *o que* esse dado conjunto de sujeitos sociais pensa sobre o tema (Lefèvre, Lefèvre & Teixeira, 2000, p. 12).

Para proceder à formulação dos discursos coletivos foram estabelecidos “temas” a partir dos quais as entrevistas transcritas foram analisadas. Em cada uma das entrevistas foram selecionados os trechos (que na técnica do DSC recebem o nome de Expressões-Chave) mais significativos referentes a cada um dos temas. Cada uma das expressões-chave foi então associada a uma ou mais idéias centrais que sintetizam seus significados. Estas idéias centrais e suas respectivas expressões chave, por sua vez, foram agrupadas a partir da analogia que apresentaram entre si, dando

origem aos discursos do sujeito coletivo, que são assim, discursos-síntese, redigidos na primeira pessoa do singular e compostos de expressões-chaves com sentido semelhante oriundas de depoimentos de indivíduos distintos. Os extratos de discurso apresentados abaixo, no corpo do presente trabalho são, pois, Discursos do Sujeito Coletivo.

Resultados quantitativos

Além da análise qualitativa foi possível compor um perfil do grupo quanto a: idade média, escolaridade média, profissão, ocupações atuais, renda atual, renda pretendida para o próximo emprego e renda no último emprego, conforme segue abaixo.

- Total de entrevistados: 15 homens – 6 de Diamema, 9 de São Bernardo.
- Tempo médio de desemprego: 35 meses ou, aproximadamente 3 anos.
- Média de idade: 36 anos, todos casados entre 6 meses e 20 anos.
- Cor auto-referida – Etnia: A maioria de cor branca/parda, um negro e um mestiço japonês.
- Escolaridade: 80% do grupo encontrava-se entre a 4ª série completa e o primeiro grau completo; porém, com alguns casos de semi-alfabetização e um superior incompleto.
- Cargos mais exercidos no último emprego: metalúrgico, na construção civil, em serviços gerais.
- Média do último salário: R\$ 490,00.
- Renda média pretendida: R\$ 350,00.
- Renda média atual: R\$ 320,00.
- Origem da renda atual: vendedor ambulante, cuidador de crianças, catador de papelão, mini-comércio, pedreiro, porteiro, pintura de autos, aposentadoria da mulher, vendas de artesanato.

Cabe ressaltar aqui, que, embora os homens entrevistados se considerem legalmente desempregados, na prática não se encontram desocupados, pois exercem atividades variadas, desde vendas ambulantes, bicos como pedreiro ou pintor, até cuidador de crianças. A busca de um emprego, portanto, não aparece devido à falta de ocupação, mas pelo fato de estas atividades, apesar de diversificadas, não propiciarem a identificação entre o trabalhador e a tarefa em execução. “Não se coloca mais para o trabalhador a questão de se identificar com o seu trabalho ou com sua função no processo de produção” (Gorz, 1987, p. 86).

A busca por um emprego também não está direcionada para a quantia em dinheiro que podem vir a ganhar, já que procuram um emprego com salário médio de R\$ 350,00, muito próximo ao valor dos rendimentos atuais obtidos com os bicos, R\$ 320,00, e bastante deficitário em relação à média do último salário, R\$ 490,00.

Resultados qualitativos

Para o homem, o emprego garante não apenas uma filiação – assalariado – ele também é um estatuto, o de provedor. O emprego afirma o *status* de masculinida-

de ao homem; o desemprego gera o sentimento de abandono, falta de referência e medo da miséria, que faz com que os homens compulsivamente mantenham com o trabalho uma relação mediada pelo emprego (Matos, 2000).

“Quando você está trabalhando (empregado), tem garantido o seu lugar no social, o lugar de quem tem salário. Graças ao seu salário, você pode fazer muitas coisas, desde contrair dívidas – fazer crediário –, até casar”.

Para o homem, a perda do emprego o atinge naquilo que o faz homem, privando-o das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador/provedor/pai de família. A ausência do provedor masculino significa uma perda que atinge o grupo familiar ‘como um todo’, deixando-o sem sua base de sustentação moral (Sarti, 1997, p. 56).

“Para o homem o desemprego é uma derrota, a gente se sente humilhado e inferiorizado, principalmente se precisar dos rendimentos da mulher para se manter, a mulher sustentando um homem... fica difícil de aceitar... a gente se sente mal perante a gente mesmo. Além disso, a própria mulher reclama bastante e a sociedade também acha que a gente está explorando ela, e, quando demora a encontrar emprego dizem que é acomodação. É como se em vez de cabeça da casa a gente tivesse se tornado a cauda”.

A incorporação das mulheres mais velhas ao mercado de trabalho, até mesmo em ofícios e tarefas antes considerados “masculinos”, foi acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas, sugerindo que o chefe de domicílio estava afetado por recorrentes situações de desemprego de longa duração (Bruschini, 2000; Montagner, 2000).

O aumento da participação das mulheres chefes e cônjuges na atividade econômica nas décadas de 80 e 90 foi geral, independentemente da presença e do número de filhos na família (Leone, 2000), contudo, o aumento no número de mulheres no mercado de trabalho foi correspondente à desvalorização desses trabalhos e ao rebaixamento dos salários (Kartchevsky-Bulport, 1986; Hirata, 1998; Oliveira, 1997).

Os homens entrevistados reconhecem a participação das mulheres no orçamento doméstico e no mercado de trabalho, porém associam essa participação às características “naturais” atribuídas ao sexo feminino e valorizadas positivamente.

“Atualmente as mulheres estão fazendo as mesmas coisas que os homens, porém, quando trabalham fora são mais dedicadas, inteligentes, e têm maior facilidade para aprender do que os homens; por isso, estão

mais bem encaixadas no mercado, embora elas sejam menos reconhecidas, ganhem menos, e tenham menos poder na hora das decisões”.

Isso quer dizer que as transformações ocorridas no mercado de trabalho continuam propiciando a já conhecida *discriminação* das mulheres, que frequentemente desenvolvem todo tipo de trabalho, inclusive aqueles tradicionalmente considerados masculinos, e de modo geral recebem menos do que os homens. Enquanto isso um grupo de homens, principalmente de baixa e média escolaridade, é cada vez mais *segregado* do mercado e se vê confrontado com a difícil tarefa de manter-se no lugar de provedor familiar.

“Eles querem experiência, ou exigem escolaridade; até para trabalhar de faxineiro, tem que ter segundo grau. Muito tempo sem registro na carteira também é problema, parece que você virou doente, ou aleijado, um inválido mesmo; ou então, eu acho que eles pensam que você andou preso”.

Para Whitehead (1997), a análise dos dados obtidos em sua pesquisa revelou que o homem é considerado “respeitável” quando pode prover sua família ou tem condições econômicas para constituir uma. Ele chama de “masculinidade fragmentada” aquela que é atingida pela falta de poder aquisitivo ou pelo baixo *status* sociopolítico, considerando que essa situação coloca os homens em condições para o adoecimento, já que, a fim de resgatar a auto-imagem, tenderão a apresentar comportamentos como excessiva coragem, sexualidade impulsiva, beber publicamente, violência etc., que os fragilizam sob os mais diferentes aspectos: social, emocional e orgânico.

Willott e Griffin (1997) exploraram modelos de discursos sobre a construção da masculinidade em 36 homens desempregados há mais de seis meses. As entrevistas revelaram dois significativos objetos do discurso da identidade masculina: *prover financeiramente a família e consumir álcool publicamente*. Muitos homens ainda têm como referência a divisão sexual do trabalho e se sentem pressionados por não poder prover materialmente a mulher e os filhos. Beber publicamente em grupos de homens foi apontado como um ato originalmente associado à masculinidade e capaz de restituir os traços masculinos abalados pelo desemprego.

Para os homens o desemprego, principalmente quando excede os dois anos, representa uma ruptura com o padrão de masculinidade tradicional, sendo um indicador de risco para o aumento do consumo de álcool, cigarro e outras drogas, particularmente em homens jovens (Hammarstrom, 1994), sendo que o efeito é mais severo naqueles com menor grau de ins-

trução (Herd, 1994) e entre os negros (Broman, Hamilton, Hoffman, & Mavadt 1995).

Surgidos nesse contexto, a ingestão de álcool e drogas, o tráfico de drogas, a bandidagem e a violência emergem como alternativas para a retomada de um lugar social identificado como masculino.

“Convite para o que presta você não acha, mas para o que não presta, é só você sair na esquina. Já vi colegas que trabalharam junto comigo caíram nesse desemprego como eu estou, hoje eles estão na cadeia”.

Uma parte considerável da economia informal relaciona-se com o crime organizado (Bernardo, 2000, p. 17).

Sem poder contar com mecanismos eficientes de distribuição de renda, e com o poder público descomprometido, não restaram alternativas a mais de um terço da população, condicionada à situação de miserabilidade reconhecida, envolvida no mundo da prostituição, violência, crime, drogas, entre outras formas de vida e de trabalho (Pochmann, 2001, p. 25).

CONSIDERAÇÕES

A situação que estamos vivendo em relação ao trabalho/desemprego é inédita nos últimos cinquenta anos. Os discursos e as técnicas utilizados durante o século para “convencer” os trabalhadores a se converter em empregados ainda vigoram, só que não há mais lugar para todos. Estamos vivendo o reaparecimento de uma sociedade de “trabalhadores sem trabalho”, conforme Hannah Arendt (2004) evocava, ou de empregados sem emprego.

As discontinuidades ou rupturas presentes nos novos modelos de organização e produção do trabalho revelam diferenças marcantes na forma como as pessoas estão sendo empregadas ou desempregadas, considerando suas especificidades de raça/etnia, credo, condição de imigração, escolaridade, geração (idade), local de moradia, gênero etc.

Para o homem, o trabalho sob a forma de emprego formal e institucionalizado assumiu nas sociedades modernas a representação de via de acesso a um lugar no campo social, neste sentido, a perda do emprego não é apenas a perda do dinheiro no fim do mês, mas a perda de um lugar na rede social e de uma identidade associada a esse lugar.

As políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma com-

pleta integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade “normal”, um emprego estável etc.) e obedecem a uma lógica de *discriminação positiva*. Assim, se certos grupos ou regiões são alvo de um suplemento de atenção e cuidados, é porque se constata que têm menos, estão em situação deficitária (Castel, 1998, p. 538).

Mas eis que hoje se constata que os esforços que estão sendo realizados, há mais ou menos 15 anos, nessas direções, poderiam não ter, fundamentalmente, mudado a seguinte constatação: essas populações são, talvez e apesar de tudo, na atual conjuntura, *inintegráveis*. É esta eventualidade que deve ser encarada (Castel, 1998, p. 538).

Os serviços de atendimento ao desempregado, de modo geral, funcionam a partir de redes integradas de computadores que acumulam dados objetivos sobre a escolaridade e a experiência dos desempregados, visando promover um encontro com os requisitos, igualmente objetivos, das vagas disponíveis no mercado.

Esse modelo restringe as habilidades ao reduzir o sujeito em uma qualificação única e restrita, assim “como o racismo, os diplomas assimilam tal aptidão singular (...)” (Lévy & Authier, 1995, p. 15), limitando uma gama de possibilidades e habilidades desenvolvidas ainda que parcialmente, ou mesmo, latentes.

Essa forma de abordar as pessoas em situação de desemprego – a partir dos diplomas ou da experiência profissional pregressa – foi eficiente para lidar com os mercados de trabalho e com as aptidões individuais durante os anos do fordismo. Atualmente, estamos diante do desemprego estrutural, no qual, mais do que de um excedente de mão-de-obra com experiência profissional objetiva, nos defrontamos com mutações sociais mediante as quais as pessoas precisam ser consideradas nas suas qualificações e possibilidades múltiplas, desenvolvidas e acumuladas no decorrer da vida como um todo, e não apenas da vida profissional.

Faz-se necessário elaborar novas formas de identificar e potencializar esses saberes de forma que os sujeitos atingidos pelo desemprego possam reorganizar suas subjetividades, resgatando suas habilidades e potencialidades, transformando-as em possibilidades de trabalho, ou reconhecendo como trabalho as atividades já desenvolvidas, construindo assim novos eixos de organização da vida.

Estamos diante do desafio de redimensionar o trabalho para além de sua institucionalização como emprego, a atividade produtora de riquezas não é mais redutível ao emprego; os desempregados trabalham; o trabalho clandestino produz mais riquezas do que o

dos empregados (Negri, 2001). As novas configurações dos mercados são restritivas em relação ao emprego assalariado, porém podem propiciar aberturas para modelos alternativos de estímulo à autonomia, por meio do reconhecimento dessas novas subjetividades, ressaltando-se a importância de adaptar os mecanismos de seguridade social a essas novas configurações.

Não é possível aguardar por uma volta ao mundo “operário”, ao que tudo indica, esse retorno não acontecerá, o trabalho tornou-se livre, emancipou-se da disciplina da fábrica, “e é preciso dizer que a força de trabalho que conhecemos, ou seja, a classe operária, lutou para recusar essa disciplina” (Negri, 1998).

REFERÊNCIAS

- Albornoz, S. (2000). *O que é trabalho* (6ª ed.). São Paulo: Braziliense.
- Arendt, H. (2004). *A condição humana* (10ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bernardo, J. (2000). *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Buhr, A. (1998). *Da grande noite à alternativa* (2ª ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Broman, C.; Hamilton, V-L.; Hoffman, W-S. & Mavadt, R. (1995). Race, gender and the response to stress: autoworkers' vulnerability to long term unemployment. *American Journal of Community Psychology*, 23(6), 813-842.
- Bruschini, C. (2000). Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Em M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 13-58). São Paulo: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (25ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Gorgulho, G. da S. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulinas, 1973.
- Gorz, A. (1987). *Adeus ao proletariado – para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Hammarstrom, A. (1994). Health consequences of youth unemployment – review from a gender perspective. *Social Science and Medicine*, 38(5), 699-709.
- Harvey, D. (1999). *A condição pós-moderna* (8ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Herd, D. (1994). Predicting drinking problems among black and white men: results from a national survey. *Journal of Studies on Alcohol*, 55(1), 61-71.
- Hirata, H. (1998). Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 4(7), 5-27.
- Kartchevsky-Bulport, A. (1986). Trabalho feminino, trabalho das mulheres: força em jogo nas abordagens dos especialistas. Em A. Kartchevsky-Bulport e cols., *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lavinas, L. (2000). Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. Em M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 139-160). São Paulo: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.
- Lefèvre, F.; Lefèvre, A. M. C.; Teixeira, J. J. V. (2000). *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Leite, C. B. (1994). *O século do desemprego*. São Paulo: LTr.
- Leone, E. T. (2000). Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. Em M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 85-110). São Paulo: Ed. 34, Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.
- Lévy, P. & Authier, M. (1995). *As árvores de conhecimentos*. São Paulo: Escuta.
- Matos, M. I. S. de. (2000). *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Montagner, P. (2000). Dinâmica e perfil do mercado de trabalho: Onde estão as mulheres? Em M. I. B. Rocha (Org.), *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios* (pp. 161-167). São Paulo: Ed. 34; Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG.
- Negri, A. (1998, 14 de junho) A feminização do trabalho. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais! p. 5-3.
- Negri, A. (2001). *Exílio: seguido de valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras.
- Oliveira, E. M. (1997). Gênero, saúde e trabalho: um olhar transversal. Em E. M. Oliveira; L. Scavone (Orgs.), *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização* (pp. 1-12). Goiânia: AB.
- Offe, C. (1985). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Braziliense.
- Perrot, M. (1985). Os problemas da mão-de-obra industrial. Em D. Pimentel; S. Costa e Silva; J. Freire; K. Wall; M. P. Lima (Orgs.), *Sociologia do trabalho: organização do trabalho industrial* (pp. 15-56). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Pochmann, M. (2001). *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo.
- Sarti, C. A. (1997). Os filhos dos trabalhadores: Quem cuida das crianças? Em E. M. Oliveira; L. Scavone (Orgs.), *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização* (pp. 51-60). Goiânia: AB.
- Whitehead, T. L. (1997). Urban low-income african american men, HIV/Aids, and gender identity. *Medical Antropology Quarterly*, 11(4), 411-447.
- Willott, S. & Griffin, C. (1997). “Wham bam, am I a man?” unemployed men talk about masculinities. *Feminism and Psychology*, 7(1), 107-128.

Enviado: 07/10/2004

Revisado: 10/10/2004

Aceito: 16/11/2004

Notas:

¹ Trabalho desenvolvido a partir da dissertação de mestrado *Efeitos do desemprego prolongado na divisão sexual do trabalho: estudo com uma população masculina do ABC – São Paulo*.

Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 23 de agosto de 2002, Departamento de Práticas de Saúde.

Agradecemos à Prof^a Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira.

Sobre os autores:

Luciene Jimenez: Mestra pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2002. Psicóloga CRT/DST-Aids Prefeitura do município de Diadema. Endereço Eletrônico: lujimenez@uol.com.br.

Prof. Dr. Fernando Lefèvre: Professor titular do Departamento de Práticas de Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP. Endereço Eletrônico: flefevre@usp.br.
